



A ALFABETIZAÇÃO SEGUNDO OS PRECEITOS DE ESCOLARIZAÇÃO DA IMPRENSA PERIÓDICA EM POUSO ALEGRE, MG, NO SÉC. XIX

LITERACY ACCORDING TO THE EDUCATIONAL PRINCIPLES OF THE PERIODICAL PRESS IN POUSO ALEGRE, MG, BRAZIL, IN THE 19TH CENTURY

Daniel Aparecido da Costa¹

RESUMO

Este trabalho se propôs a compreender como a alfabetização era abordada pela imprensa periódica em Pouso Alegre, Minas Gerais, ao longo do século XIX, bem como analisar quais eram os preceitos de escolarização defendidos e propostos por esses meios de comunicação. A metodologia utilizada para este trabalho consistiu na análise dos jornais: *Pregoeiro Constitucional*, *O Pouso-Alegrense* e *O Mineiro*, todos editados e publicados na cidade de Pouso Alegre. A análise deste material se justifica pela capacidade de tais meios de comunicação de influenciar na formação de opiniões ou na tomada de decisões de seus leitores e ouvintes. As análises possibilitaram entender que autores e nações estrangeiras influenciaram as discussões educacionais abordadas pelos jornais. Nestas exposições, os livros eram vistos como peças importantes na viabilização da escolarização e no processo de formação dos alunos e professores. Sendo a leitura apontada como um dos meios que auxiliaria no processo de formação das crianças e adultos. Deste modo, a alfabetização e escolarização foram consideradas em diversos momentos pelos jornais como fontes de regeneração social, meios para o progresso moral e civilizatório.

Palavras-chave: alfabetização; jornais; Pouso Alegre.

ABSTRACT

This study investigates how literacy was addressed by the periodical press in Pouso Alegre, Minas Gerais, Brazil, throughout the 19th century, and examines the educational principles promoted by these publications. The methodology employed in this article involves analysing three newspapers: *Pregoeiro Constitucional*, *O Pouso-Alegrense*, and *O Mineiro*, all published in Pouso Alegre. This examination is justified by the potential of these publications to shape public opinion and influence decision-making among their readers. The analysis reveals that foreign authors and foreign countries significantly impacted the educational debates featured in these newspapers. In these discussions, books were highlighted as crucial tools for advancing education and training both students and teachers. Reading was recognized as a key method for educating children and adults alike. Consequently, literacy and schooling were frequently presented by these newspapers as vital sources of social regeneration and as mechanisms for moral and civilizational progress.

Keywords: literacy; newspapers; Pouso Alegre.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Bruno Bontempi Júnior. Integra o Grupo de Pesquisa: "História da Educação: sujeitos, instituições e práticas (Brasil, séculos XIX-XX)". Contato: danielcosta_02@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma análise sobre a forma como a alfabetização e a escolarização foram abordadas pela sociedade pouso-alegrense ao longo do século XIX. Para isto, a imprensa periódica tornou-se uma fonte importante para compreender este processo, uma vez que fornece não apenas uma narrativa dos fatos, indicações das escolas existentes, mas também a forma como a alfabetização e a escolarização eram abordadas pela sociedade do período. Todavia, cabe situar Pouso Alegre e a sua integração no cenário mineiro e nacional ao longo do período imperial antes de abordarmos as fontes.

A cidade de Pouso Alegre localiza-se na região sudeste do país, no interior do estado de Minas Gerais, tendo a sua formação historicamente vinculada ao processo de mineração da Província Mineira. Segundo Delfino (2010, p. 33), a partir da abertura das primeiras estradas, tornou-se possível o estabelecimento dos primeiros ranchos, vendas, estalagens e povoados que viabilizaram a mobilidade dos viajantes que se direcionavam para a região das minas.

O povoamento foi se estruturando gradualmente junto “às estradas tortuosas que compunham o Caminho Velho, primeira via de comunicação que ligou o Sul do Brasil aos sertões das Minas” (DELFINO, 2010, p. 33). Em 1810, o vilarejo foi elevado a condição de freguesia pelo Bispado de São Paulo. E em 13 de outubro de 1831, ocorreu a elevação a vila, e esteve relacionada:

A ampla concessão de sesmarias, oferecidas às antigas famílias, remanescentes do ouro, que ocuparam o Vale do Rio Verde, em virtude do crescimento regional ocasionado pelas propícias possibilidades de se fazer fortunas pela dedicação no negócio de víveres, fez com que em poucos anos, o povoado conseguisse reunir condições mínimas para pleitear ao governo da província, sua emancipação política, o que implicaria no seu desmembramento do termo de Campanha (DELFINO, 2010, p. 38).

De fato, Pouso Alegre teve um papel participativo na dinâmica mercantil interprovincial, se caracterizando no abastecimento à praça da corte (DELFINO, 2010, p. 38). Segundo as estimativas propostas por Delfino (2010), tendo por base o censo realizado em 1826, Pouso Alegre contava com 6.490 habitantes. Já no final do século XIX, o total de habitantes era de 22.004. Delfino (2010) indica que a aceleração no crescimento populacional se explicava tanto pela expansão mercantil interprovincial quanto pela facilidade de acesso aos grandes centros comerciais, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Foi também ao longo do período imperial que a instrução passou a ser pensada mais sistematicamente. A Constituição Imperial de 1824, tratava em seu art. 179, sobre o estabelecimento da instrução primária e gratuita para todos os cidadãos. De acordo com Faria Filho (2000), com a independência houve o fortalecimento da ideia de que a



construção do Estado Nacional deveria utilizar a instrução como uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro.

A instrução possibilitaria arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país. Na verdade, buscava-se constituir, entre nós as condições de possibilidade de governabilidade, ou seja, as condições não apenas para a existência de um Estado independente, mas também, dotar este Estado de condições de governo. Dentre essas condições, uma das mais fundamentais seria, sem dúvida, dotar o Estado de mecanismo de atuação sobre a população. Nessa perspectiva, a instrução como um mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre, mas também evitaria que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado (FARIA FILHO, 2000. p.137).

A instituição escolar assume a função de auxiliar no projeto civilizatório delineado pelos representantes do Estado.

A instrução cumpria — ou deveria cumprir — um papel fundamental, que permitia — ou deveria permitir — que o Império se colocasse ao lado das “Nações Civilizadas”. Instruir “todas as classes” era, pois, o ato de difusão das Luzes que permitiam romper as trevas que caracterizavam o passado colonial; a possibilidade de estabelecer o primado da Razão, superando a “barbárie” dos “Sertões” e a “desordem” das Ruas; o meio de levar a efeito o espírito de Associação, ultrapassando as tendências localistas representadas pela Casa; além da oportunidade de usufruir os benefícios do Progresso (MATTOS, 1987, p. 259).

Compreende-se que a busca por normatizar a instrução surge como uma resposta à alfabetização que ocorria em diferentes ambientes, “tais como a própria casa e grupos informais” (COOK-GUMPERZ, 1991, p.37). Sendo a escolarização vista como uma resposta à alfabetização popular já existente e frequentemente associada às causas radicais (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 37).

A escolarização foi considerada um “meio de trazer a alfabetização popular para o controle de sistemas escolares públicos” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 39). Neste processo, Estado e Igreja “afastando-se ou aproximando-se, produziram e efetivaram projetos educacionais variados no decorrer do século XIX e primeiro decênio do atual” (BITTENCOURT, 1993, p. 16).

O objetivo maior da escolarização em massa, portanto, era controlar a alfabetização e não promovê-la; controlar tanto as formas de expressão quanto o comportamento que acompanha a passagem em direção à alfabetização. O desenvolvimento da escolarização pública passou a basear-se na necessidade de atingir uma nova forma de treinamento social (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 40).



A preocupação com a organização da instrução resultou na aprovação da Lei de 15 de outubro de 1827, quando foi estabelecida uma primeira regulamentação oficial com a finalidade de normatizar a instrução no país. Já em 1834, ocorreu a promulgação do ato adicional, concedendo maior autonomia às províncias brasileiras. Sendo um dos efeitos dessa lei a possibilidade de as províncias organizarem o seu sistema escolar. Em Minas Gerais a Lei n.º 13, de 28 de março de 1835 foi a responsável por regular a instrução primária e o provimento de professores.

Segundo Faria Filho (2004, p. 528), na província mineira ocorreu uma alta rotatividade dos presidentes de província, que acabou acarretando uma cultura administrativa marcada pela descontinuidade, refletindo diretamente sobre a educação. Tanto que, ao longo do século XIX, diversas foram as leis e regulamentos publicados com o intuito de normatizar o ensino. Mas, não devemos concluir que estas dificuldades impediram o desenvolvimento da instrução primária no Brasil Imperial.

Cabe ressaltar que, apesar da aparente descentralização legal, nem todas as áreas da educação ficaram livres da influência ou controle do governo central.

Havia o controle pela subordinação dos presidentes de províncias aos ditames ao governo imperial, lembrando que estes eram nomeados pelo poder central e a educação era totalmente dependente de seu poder. Desta forma, o governo imperial possuía uma determinada garantia de uniformidade educacional através de um corpo coeso de políticos que, em princípio, deveriam ser fiéis seguidores das determinações do centro do poder.

Esta obediência pode ser apreendida pela legislação de cada província que variou pouco, podendo-se perceber uma quase total submissão aos princípios do Município da Corte, mesmo quando adotavam medidas excepcionais, próprias das particularidades de cada região (BITTENCOURT, 1993, p. 65).

Para os fins deste trabalho, analisou-se a imprensa periódica em busca de compreensão sobre como a alfabetização e a escolarização foram abordadas na sociedade pouso-alegrense. Como meio de comunicação, os jornais possuíam a potencialidade de chegar até os leitores e ouvintes influenciando na formação de opiniões ou na tomada de decisões, além de exercer funções educadoras.

Muitos destes periódicos seguiam o princípio Iluminista de “veicular valores e ideias visando educar o público leitor dentro de um projeto civilizatório” (JINZENJI, 2012, p. 155). Deste modo, ao elegerem determinado assunto como importante a ser publicado, estavam cumprindo uma função social.

Segundo Pallares-Burke (1998), os meios de comunicação disseminaram e organizaram informações, criaram “valores, atitudes e ideias sobre uma multiplicidade de



temas, e, pois, quer queiram ou não, influenciam seus leitores, ouvintes e espectadores” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 145.).

Fortemente influenciada pelos preceitos iluministas, a imprensa no século XIX buscava transformar mentes arcaicas em ilustradas, estabelecendo, assim, para si um importante papel no processo civilizatório, chegando a ser referida “como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 147).

Assim, entende-se que a alfabetização como um fenômeno socialmente construído (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 11), sendo inseparável do contexto histórico e das circunstâncias de sua estruturação, não se resumindo a simples capacidade de ler e escrever.

Alfabetização, refere-se à capacidade para criar e compreender mensagens impressas, bem como às mudanças trazidas por esta capacidade. Contudo, ao mesmo tempo, ela conota uma avaliação da utilidade desta capacidade. Vemos que a alfabetização não pode ser julgada separadamente de alguma compreensão das circunstâncias sociais e tradições históricas específicas que afetam o modo como esta capacidade enraíza-se numa sociedade (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 29).

Desta forma, recorrerá a uma noção ampliada de alfabetização e escolarização, visto que, diferentes instituições e espaços podem ter exercido ações educativas sobre a população pouso-alegrense. Ou seja, nem sempre estes processos ficaram restritos ao espaço escolar.

A ALFABETIZAÇÃO E A ESCOLARIZAÇÃO SEGUNDO OS PRECEITOS DA IMPRENSA PERIÓDICA

Sabe-se que as normatizações publicadas ao longo do século XIX tinham o intuito de regular o desenvolvimento da alfabetização na província. Entretanto, esse processo não ficou restrito ao espaço escolar, tão menos às discussões legislativas. Tanto a alfabetização, quanto a escolarização, enquanto processos culturalmente construídos, foram apropriadas e representadas de diversas formas pelos sujeitos que compunham a sociedade pouso-alegrense.

Assim, partilha-se da compreensão de Cook-Gumperz (1991), de que a mudança ocorrida a partir do século XVIII não foi de um total analfabetismo para a alfabetização:

Mas sim de uma multiplicidade dificilmente estimada de alfabetizações, de uma ideia *pluralista* acerca da alfabetização como um conjunto de diferentes habilidades relacionadas com a leitura e escrita para muitas diferentes finalidades e seções da população de uma sociedade, até uma noção de *alfabetização escolar* única, standardizada, do século vinte (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 34).



No ano de 1890, o Brasil possuía cerca de 80% da população analfabeta (KREUTZ, p.2000, p. 353), sendo os discursos veiculados pelos impressos destinados a uma parcela restrita de leitores da sociedade do período. Todavia, como aponta Pallares-Burke (1998, p.150), deve-se levar em conta a possibilidade de pessoas, apesar de analfabetas, não serem imunes à ação educativa dos jornais e de outras matérias impressas. Isto porque, segundo a autora, “a prática de leitura em voz alta, quer no âmbito doméstico, quer no público, era nessa época muito difundida e valorizada” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 150).

Deste modo, entende-se que ocorreram apropriações intelectuais de projetos de alfabetização de outros pensadores, ou até mesmo, de outras nações, buscando uma solução para enfrentar os problemas existentes na escolarização em Pouso Alegre. Uma das primeiras publicações que traz assuntos relacionados à alfabetização foi encontrado no jornal “Pregoeiro Constitucional”, que era de propriedade do padre José Bento Leite Ferreira, sendo o primeiro jornal “a ser lançado no sul de minas e o sexto da província” (SOUZA, 2007, p. 87).

Na publicação, defendeu a ideia de que a leitura possibilitaria aos sujeitos terem contato com novos conhecimentos e doutrinas, indicando a importância da alfabetização para formar pessoas esclarecidas. Segundo a publicação:

Maravilhosa tem sido a influencia do jornalismo em nosso paiz; entretanto pequena porção de gente, ou jaz, ainda involta em um resto de trevas, ou não vê mais que distantes, e passageiros clarões da verdade; maravilhosa, dizemos, por que se tem desenvolvido com uma rapidez sem exemplo entre as pessoas, que se applicão a leitura; porém o diminuto restante dos cidadãos, que não lêem, ou por falta de tempo, ou por escassez de meios, ou por inaptidão intelectual, e por conseguinte pouco podem aproveitar-se do raro contacto com pessoas illustradas, são difficilmente accessiveis ás novas doutrinas, que eles ouvem aqui, e ali, sem que d’ellas possam formar um systema de conhecimentos; outros afastados de todo o comercio de homens esclarecidos, inteiramente dados ao trabalho dos bosques, e campos talvez nem fação idéa do que seja Constituição. Tempo virá, em que a instrucção penetrará os mesmos bosques, e campos [...] (Jornal Pregoieiro Constitucional, Pouso Alegre, 1 de dezembro de 1830, n. 25, p. 1-2)².

A leitura é entendida pelo impresso como meio que possibilitaria aos leitores e ouvintes terem contato com novos conhecimentos. Assim, “ler é instruir e a instrução ilumina” (CHARTIER; HEBRARD, 1995, p. 348). Sendo que, aqueles que ouviam estariam sendo prejudicados por não conseguirem sistematizar estes conhecimentos.

A alfabetização é vista como uma virtude, da qual uma pessoa que sabia ler e escrever era vista como alguém “capaz de emitir um julgamento bom ou razoável, já que o

² Optou-se por manter a ortografia presente nas fontes.



gosto e o julgamento de uma pessoa alfabetizada dependiam do acesso a uma tradição escrita” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 12). Assim, o desenvolvimento da alfabetização “significou uma nova divisão da sociedade, entre os educados e os não-educados (ou escolarizados e não-escolarizados)” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 40).

O caráter iluminista foi outra característica da publicação. Ficando evidente quando o jornal utiliza-se das expressões “trevas” e “clarões”. Sendo que as pessoas envolvidas nas trevas eram aquelas que não sabiam ler, e os clarões se transcreviam em breves momentos que ouviam a leitura de algum trecho. Possivelmente, ditadas pelas leituras em voz alta em ambientes públicos, não ficando alheios à ação informativa e educativa do periódico. Contudo, fez-se uma crítica ao conhecimento adquirido por meio da oralidade, pois resultaria em um conhecimento fragmentado e “distorcido” da realidade do texto.

Entre os anos de 1835 e 1870, a cidade de Pouso Alegre não contou com a presença de Jornais locais, reaparecendo apenas em 1873, com a circulação de *O Mineiro*. O memorialista Amadeu de Queiroz, em seu livro, “A História de Pouso Alegre e sua imprensa”³, explica que, o hiato de quase setenta anos ocorreu por fatores políticos e sociais. Todavia, os fatores que levaram a cidade a passar por um hiato de jornais podem ter sido múltiplos, não ficando restrito aos fatores expostos pelo autor.

Na segunda metade do século XIX, um dos primeiros impressos periódicos a circular pela cidade de Pouso Alegre foi *O Mineiro*, fundado por Polycarpo Teixeira de Almeida Queiroz, de caráter liberal, tendo por intuito reorganizar o partido político liberal pouso-alegrense e revidar as medidas conservadoras adotadas pelos opositores políticos. Mas, ao longo de suas publicações, esse jornal se debruçou sobre outros assuntos, como a escolarização.

[...] Uma imprensa, senhores, enquanto cordata, é um poderosíssimo instrumento de civilização do povo. Dizem alguns escriptores notáveis, que a experiência tem demonstrado que os papéis públicos, (os jornaes) eram um dos melhores meios do dirigir a opinião, acalmar seus arrebatamentos, fazer calar a mentira e os rumores artificiaes pelos quaes os inimigos do Estado exploram seus máus desígnios.

Nos papeis públicos a instrucção pôde descer do governo ao povo, ou remontar do povo ao goveno: em ambos os casos, melhor se julga o curso da opinião, e melhor se obra de accordo com ella.

Se o vapòr, applicado como agente impulsor de locomoção, approxima as distancias, dotando o commercio do mundo com um auxiliar tão poderoso, que não conhece mais barreiras, pois que percorre os mares mais reconditos, e as selvas dos continentes: transpõe montanhas inacessiveis, e penetra até no seio da terra, o que dizemos da sublime invenção de Gutemberg! Oh! Senhores permitti que use d’uma imagem, que o dispor

³ QUEIROZ, Amadeu. **A história de Pouso Alegre e sua imprensa**. Pouso Alegre: Art’s Gráfica e Editora, 1998.



uma metáfora – a imprensa é na locomotiva do pensamento e o poderoso instrumento do commercio e das ideias. (O MINEIRO, Pouso Alegre, 16 nov. 1873, p. 3-4).

A matéria acima possibilita entender que o caráter iluminista presente no discurso dos impressos não ficou restrito ao início do século XIX. Assim como na publicação do “*Pregoeiro Constitucional*”, o periódico ressalta a importância dos jornais como meio de influenciar na opinião, formação moral e costumes do período. Retomando a discussão realizada por Cook-Gumperz (1991), percebe-se que havia uma ideia “pluralista” acerca da alfabetização, competindo a diferentes instâncias realizá-la.

Outro aspecto destacado foi o papel civilizador e moralizador cumprido por este meio de comunicação, uma vez que poderia romper com as barreiras naturais, levando conhecimentos aos mais remotos locais, contribuindo para o progresso da província mineira. Além de influenciar na formação de opiniões. Segundo Cook-Gumperz (1991, p. 360), havia a defesa por leituras edificantes, com caráter moralizador, que contribuíssem para uma “literatura popular sadia”.

Em outra publicação, o jornal *O Mineiro* pautou-se na crença de que a razão seria capaz de alterar características do passado. Ao longo da matéria apresenta a sua opinião sobre as vantagens da escolarização, trazendo sempre elementos que remetem a uma abordagem iluminista do assunto:

A instrução é a fonte perenne do bem e da liberdade.
De um centro de trevas não pode emanar a luz.
A felicidade sorvida na grande fonte da instrução, será a mais perfeita e duradoura.
O sol vivificador da instrução, é o foco brilhante d'onde partirão alfim essas scintelhas luminosas que se chamam, liberdade, segurança individual e fraternidade. [...]
[...] E a luta da luz com as trevas, do obscurantismo com a illustração do seculo XIX, enfim com os tradicções carrunchosas dos seculus volvidos.
Derramemos, pois, prodigamente a instrução pelo povo, e preza a Deus que o movimento civilizador se faça sempre crescente, n'este paiz que tanto carace de luzes. (O MINEIRO, Pouso Alegre, 1 fev. 1874, p. 1).

Na concepção de outro periódico, *O Pouso-Alegrense*⁴, a disseminação da alfabetização deveria ser difundida por todos aqueles que tivessem condições. Assim:

[...]queremos que o povo comprehenda ser a instrução publica o unico movel das revoluções sociaes. Queremos finalmente que todos os membros da nação brasileira façam seu officio. Os mais fortes operem sobre os mais fracos a estabelecer-se o equilíbrio.

⁴ Este Jornal era de propriedade de José Luís Campos do Amaral Junior e Antônio Branco dos Santos, funcionou entre julho de 1880 a agosto de 1881. Caracterizou-se como um periódico literário, comercial e noticioso.



[...] Incitamol-o, despeitando em nossos concidadãosinhos, desde as primeiras lições, o sentimento mais nobre do cidadão, - o amor da patria. Incitamol-o ao estado; lembremos-lhes que encontrará mil tropeços; mas que a tal inteligencia humana, por mais bem disposta, não produz fructus, senão quando fecundada pelo estudo, pela experiência e pela meditação. Façamos lhes conhecer que a nobreza e a riqueza são muitas vezes o esconderijo dos veios e da ignorância; que a legitima nobreza louvável orgulho devem existir no homem colocado por si em honrosa posição social. (O POUSO-ALEGRENSE, Pouso Alegre, 11 jul. 1880, p. 2).

A disseminação da instrução é apresentada pela fonte como forma de superar entraves e alcançar o progresso. Ocorre uma defesa da ideia de que a instrução deveria ser ofertada a uma parcela maior da sociedade. Mas, com ressalvas de que:

O professor primário forma bons cidadãos antes que homens de letras; para isto temos os cursos superiores, ou ainda o esforço proprio, baseado na educação physica e moral, e ajudado pelas noções que houver recebido da intellectual, que deve ser mais elementar que scientifico (O POUSO-ALEGRENSE, Pouso Alegre, 13 set. 1880, p. 1).

Seria através da disseminação regulada que todas as classes poderiam contribuir na construção da nação. Ou melhor, seria essa disseminação condição necessária para os sujeitos se reconhecerem como membros de uma nação. As matérias também deixam a entender que havia uma baixa frequência escolar. Este fator era compreendido como um problema, uma vez que, a escolarização das crianças era tida como solução para instituir a ordem, o progresso, a reforma moral e o amor à pátria.

Assim, a alfabetização era “considerada como parte do cimento social que ajudava a garantir a estabilidade social e a adesão às normas sociais e políticas cultivadas” (SOLTOW; STEVENS, 1981, p. 85, *apud* COOK-GUMPERZ, 1991, p. 44). A escolarização possibilitaria alcançar a estabilidade social necessária para o progresso do país. Uma vez que, “a alfabetização levou ao crescimento de uma cultura comum que era parte do movimento em prol da mudança social” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 39).

Isto não significa que todas as classes deveriam chegar ao mesmo estágio de escolarização, apenas que deveriam ser inseridas neste meio, como forma de atingir estágios mais avançados de civilização. Desta forma, “o Estado Nacional concebeu diferentes níveis de ensino e saberes diferenciados para as diversas classes sociais, conforme prescrições do pensamento liberal” (BITTENCOURT, 1993, p. 74).

As publicações mostram um projeto estendido de cima para baixo, onde a classe senhorial deveria zelar pela inserção dos demais, garantindo a moralidade, a ordem e a prospecção da civilização. Houve a defesa de uma transmissão seletiva de conhecimento.

Segundo Cook-Gumperz (1991, p. 40), esta alfabetização universal foi construída sobre diferentes concepções de escolarização, cada qual, direcionada a diferentes setores



da sociedade. Sendo o objetivo maior “controlar a alfabetização e não promovê-la; controlar tanto as formas de expressão quanto o comportamento que acompanha a passagem em direção a alfabetização” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 40).

A alfabetização aliou-se a um processo de ensino-aprendizagem que salientava características comportamentais e morais, com a capacidade de decodificar símbolos escritos como um objetivo importante, mas secundário. As preocupações dos reformadores escolares foram levadas avante com um novo ímpeto, já que o estabelecimento do poder moral da alfabetização como um autoaperfeiçoamento promovido pela escola proporcionava uma base sobre a qual outros usos da escolarização poderiam ser envolvidos (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 40-41).

No Brasil, o ensino primário enfrentou dificuldades em seu processo de estruturação. Sendo que, algumas delas como o “número de anos destinado a este grau de ensino, idades apropriadas e organização de classes, horas de estudo, também diferiam mesmo após o estabelecimento da escola seriada, organizada nos grupos escolares do período republicano” (BITTENCOURT, 1993, p. 32).

Segundo Bittencourt (1993, p. 36-37), o ensino primário gratuito esteve presente no discurso democratizante das elites principalmente a partir dos anos 70 do século XIX. Surgindo discussões onde apresentavam a escola e o seu caráter regenerador, instrumento de moralização do povo. Assim, havia a distinção entre um ensino mais elementar destinado a população em geral e o secundário.

Entre nós, o secundário representava, igualmente, um meio de preservar privilégios e manter a separação entre a elite identificada com o mundo branco europeu e o restante da população, composta de mestiços, negros e índios. Eram cursos reservados a alunos em condições econômicas favoráveis, conservando-se, sempre como um curso pago. A aceitação tranquila pelos políticos brasileiros de um ensino elementar gratuito e, ao contrário, as dificuldades em estabelecer um ensino secundário grátis, fato que só ocorreu após 1945, comprova a natureza elitista do curso, criado para atender as classes dirigentes, além de ser um curso exclusivamente reservado aos jovens do sexo masculino (BITTENCOURT, 1993, p. 58).

Nas matérias tem sido reforçada a compreensão de que era necessário formar cidadãos que compreendessem e respeitassem as leis. Essa visão apresenta como vários setores se preocuparam em fixar características que possibilitariam à população se converter em nação. Mas, qual era o referencial que inspirava as discussões apresentadas pelos impressos, ou as reformas adotadas pelo Estado?

As publicações feitas pelos periódicos possibilitam entender que grande parte deste projeto “civilizatório” teve como inspiração os modelos e autores europeus. Destacando a capacidade internacional em estruturar um projeto educacional exitoso.



É raro o menino da Saxonia que não frequente escolas. Na Dinamarca o ensino publico está muito adiantado.

No Grão-Ducado de Nassau não havia em 1867 um só cidadão que não soubesse ler.

Nos sete primeiros annos em que vigorou o ensino compulsorio no Grão-Ducado de Balen, o numero dos criminosos foi reduzido a metade; confirmando este resultado o dito do celebre poeta portuguez, há pouco tempo roubado ás letras e a nossa admiração: Abrir escolas é fechar cadeias. [...]

[...] Na Suissa a aprendizagem fôra obrigatoria em dezoito cantões; e as vantagens colhidas n'elles, fez com que essa sensata republica adoptasse um addictivo á constituirão estendendo-o a todo o paiz. [...]

[...] Na Inglaterra, os conselhos escolares tem o arbítrio de estabelecer o ensino obrigatorio nas localidades, que julgarem convenientes.

As faltas as aulas, na Áustria, são punidas com uma severidade draconiana: além das multas e prisões entre os paes ou tutores, o certificado de instrucção é uma condição necessária para o casamento.

[...] Tambem entre nos foi estabelecido no Município Neutro, Minas-Gerais, Pernambuco, Paraná, Pará etc.; porém nunca teve execução (O POUSO-ALEGRENSE, Pouso Alegre, 22 de ago. 1880, p. 1).

Para o jornal “*O Mineiro*” o País acompanhava como espectador o movimento ocasionado pela disseminação da instrução popular:

Ao passo que a Suissa, a Inglaterra, a Bélgica, a Alemanha e o grande colosso do continente Americano, gozam da felicidade que lhes da a instrucção, ha longa data semeada nos povos que as constituem: o nosso paiz, estacionario pela ignorância, vê, maravilhado, succederem-se os inventos e melhoramentos, filhos da instrucção e illustração popular (O MINEIRO, Pouso Alegre, 1 fev. 1874, p. 1).

As fontes apresentam que o progresso destas nações estava associado à disseminação da alfabetização. Em contraponto, apresentam as dificuldades enfrentadas pelo governo imperial para a difusão da escolarização.

A estatistica geral do Império, vai provando, com um evidencia assustadora, o quanto foi descuidada em todas os tempos a civilisadora instrucção das classes pobres.

É admimiravel que hajam povoações onde só um décimo dos habitantes sabe ler!

[...] A grande massa popular no Brazil desconhece seus direitos e sobre tudo seus deveres.

A ignorância é o centro obscuro d'onde parte o atrazo do Brazil [...].

[...] N'um paiz como o nosso, tão atardado na civilisação, as leis mais bem concebidas, são praticamente impotentes em seus efeitos, por que sua applicação é quasi sempre despresada pelas autoridades que as não querem fazer valer, ou pela falta de instrucção do supremo legislador, que é o povo.

Uma medida aconselhada pelo estudo, prudência e sabedoria, faz-se lei, com o consentimento de uma assemblea illustrada é calmamente discutida n'outra assemblea de homens, cujos conhecimentos e serviços os elevaram ás eminências do poder legislativo: esta assemblea approva-a; é sancionada em fim pelo poder competente: mas o seu resultado pratico nulificado pela indifferença dos administradores da justiça, ou pela ignorancia brutal do povo que a devia manter!



Não ha lei, authoridade, ou forma de governo que possa felicitar homens ignorantes de seus direitos e deveres sociaes. (O MINEIRO, Pouso Alegre, 1 fev. 1874, p. 1).

As nações europeias são citadas como um exemplo a ser seguido. A escolarização foi vista como meio para alcançar o desenvolvimento social. Assim, os indivíduos que utilizavam dos impressos posicionavam-se em defesa da escolarização, argumentando que consistiria na medida necessária para operar as modificações na sociedade. Seria por meio desse padrão instrutivo que o país se colocaria ao lado das nações estrangeiras, promovendo o desenvolvimento econômico e social. Alfabetizar seria o meio para criar relação entre o governo e a sociedade, unificar padrões sociais, garantir a adesão à ordem pública, além de imprimir hábitos e costumes dos países considerados civilizados.

Esta idealização sobre o modelo europeu de alfabetização deve ser analisada com cuidado. Os autores Chartier e Hébrard (1995, p. 373), apontam que regiões como a de Pás-de-Calais, França, no final do século XIX, com o aumento da população passam por problemas em garantir a escolarização das crianças. Afirmam também que “além disso, continua crescendo o número dos que faltam na escola devido ao trabalho no campo, à pesca ou às atividades industriais” (CHARTIER; HEBRARD, 1995, p. 373).

Outro aspecto a ser destacado foi que, “nos primeiros oitenta anos do século passado, os países europeus também se debatiam diante da necessidade da expansão do ensino elementar. Não havendo nenhum modelo ‘pronto’ a ser copiado”. Sendo que, “O- ensino elementar obrigatório e gratuito se efetivou apenas com a IIIª República de Jules Ferry, a partir das leis de 1882” (BITTENCOURT, 1993, p. 35).

A partir da segunda metade do século XIX no Brasil, os recenseamentos tornam-se mais recorrentes, e com isto passa a ter uma melhor compreensão dos quadros de distribuição populacional e de escolarização. Baseados nos resultados desses levantamentos, os periódicos traçam discussões analisando o quadro educacional nacional em tom de descontentamento.

Um dos poucos fatos que irritavam nossas elites governamentais, como ocorre ainda nos dias anuais, eram os dados estatísticos. O número dos alfabetizados brasileiros, (quando comparados aos países "civilizados", incluindo, no final do século XIX, a Argentina e Chile. Constrangiam nossos políticos. Era uma realidade que impedia o Brasil de ser considerado como "igual" perante os países europeus e os Estados Unidos (BITTENCOURT, 1993, p. 39).

Fica claro que as altas taxas de analfabetismo desagrava parcela da população que sustentava a crença de que a instrução seria a base para que a população reconhecesse seus direitos e deveres. Assim, as taxas de alfabetização, “são vistas como indicadores de



saúde da sociedade e como um barômetro do clima social” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 11).

O reconhecimento da linguagem escrita seria uma das formas de criar relações entre o governo e a sociedade. Estender a instrução à população era visto como possibilidade de adesão à ordem pública, além de imprimir hábitos e costumes dos países considerados civilizados. O baixo índice de alfabetização comprometeria a efetivação da legislação. Pode-se argumentar, também, que o desenvolvimento da escolarização era visto como importante para a integração da sociedade e necessário para o desenvolvimento do Estado e todo o seu quadro burocrático.

Para os jornais, a lei, enquanto linguagem legal, não conseguia interferir na linguagem social, devido ao seu não reconhecimento. A ordenação imposta pelo conjunto de atribuições ficava limitado a uma pequena parcela alfabetizada da sociedade. Assim, o “desenvolvimento do Estado moderno repousa sobre a maior familiaridade com o texto escrito. É por meio dele que cada vez mais são transmitidas as vontades da autoridade pública” (CHARTIER, 1991, p. 25, *apud* INÁCIO, 2003, p. 14).

Como forma de superar os obstáculos, os jornais apresentam possíveis soluções ao analfabetismo e às baixas taxas de alfabetização brasileira. As reformas propostas pelos periódicos eram fundamentadas, em diversos momentos em exemplos estrangeiros. A obrigatoriedade da educação foi um dos vários assuntos tratados pela legislação.

Si os povos os mais cultos do velho mundo adoptam o ensino obrigatorio como o único meio de arrancar da ignorância á milhares de crianças, cujos paes analphabetos sustentam o fatal principio de que assim como ele vivem sem ler nem escrever também viverão seus filhos: o que dever-se-ha fazer em paiz novo e atrazado como é, infelizmente, o nosso?

Quem conhecer nossa sociedade o sinceramente quizer reformala, não pode a este respeito ter opinião diferente da que defendemos que a sociedade aceita geralmente.

É mister, porém que a obrigatoriedade seja uma realidade e que não fique simplesmente na lei, como vai acontecendo em Minas ou ao menos nas regiões do sul (O MINEIRO, Pouso Alegre, 22 mar. 1874, p. 1).

A obrigatoriedade é justificada como meio de superar o analfabetismo. A matéria assinala que a legislação determinava o ensino como obrigatório, mas, na verdade, não era executada, dando indícios de que nem os legisladores acabavam por cumprir a normatização instituída.

O caráter simbólico dado à obrigatoriedade do ensino foi destacado pela historiografia da educação. Muitos pesquisadores apontam que, apesar de ser prevista pela legislação, a frequência obrigatória das crianças em idade escolar não ocorria. Alguns dos fatores apontados são os baixos investimentos na área, a inconstância na fiscalização, o não



reconhecimento da sociedade da escolarização, o baixo número de escolas, o trabalho infantil, a distância entre a escola e a população, sobretudo a população rural, entre outros (INÁCIO, 2003; VEIGA, 2008). Sobre a obrigatoriedade do ensino, Bittencourt (1993), destaca:

Ainda no Império, em muitas províncias, decretou-se a obrigatoriedade da instrução primária, detalhando-se as multas para os pais de famílias ou tutores que não cumprissem as determinações legais. Evidentemente, tratava-se de legislação que ficou restrita aos papéis oficiais, medida que correspondeu a uma atitude predominante, durante todo o período estudado. Existiam as leis, mas pouco se fazia, efetivamente, para difundir a educação letrada escolar. Havia um descompasso entre a magnitude das propostas relativas ao ensino primário e sua realização efetiva (BITTENCOURT, 1993, p. 34).

Outros pontos são destacados pelos jornais, tais como a formação do magistério e a importância da sua valorização, métodos de ensino e ferramentas pedagógicas. Propostas que buscavam discutir a superação das dificuldades encontradas pela escolarização nacional e local. Para o jornal, *Pouso-Alegrense*, o quadro profissional que estava responsável por ministrar o ensino era mal preparado:

A maior parte das cadeiras de professores são ocupadas por pessoas incapazes, desconhedores dos preceitos mais comensuráveis da pedagogia e seguidores perseverantes dos métodos caducos que se dirigem exclusivamente à memória das crianças. São nomeadas para os cargos de inspetores pessoas incompetentes; as aulas correm sem inspeção; os compêndios mal escolhidos, quando é sabido que o livro é o complemento do mestre; criam-se cadeiras secundárias dispensáveis, e as matérias necessárias são esquecidas (O POUSO-ALEGRENSE, Pouso Alegre, 18 jul. 1880, p. 1).

Além do reduzido número de escolas e da baixa capacitação, fatores como a baixa remuneração são apontados como agravantes sobre o desenvolvimento da educação:

O professorado luta, com todas as dificuldades, porque em relação ao encargo é elle pessimamente remunerado, mui principalmente em nossa província onde o professor de primeira categoria percebe o vencimento de 760\$000 reis, ainda sujeito ao aluguel da casa escolar, e ao custeio da aula. 760\$000 reis!!
O que lhe chega ao menos para sua subsistência, e também da sua família?
Não é possível!
[...] E ainda: com tal ordenado como poderá elle instruir-se, se nem lhe é possível a assignatura de jornaes, quanto mais a compra de livros que lhe enriqueçam de saber, que o ponnhão a par do adiantamento desejado?! (O POUSO-ALEGRENSE, Pouso Alegre, 13 set. 1880, p. 1).

A diversidade de compêndios, foi destacado como outro problema, já que por não possuírem um padrão eram tidos como prejudiciais na formação dos alunos:



A má escolha de compêndios e pessima distribuição do ensino, e até a falta de bons métodos tornão-as uma instuição de luxo, uma ostentação governamental.

A diversidade dos compêndios, o ensino individual, hoje reconhecido só útil no seio da família, e sobretudo a falta de um horário, que regularise a distribuição das disciplinas são a prova d'isso.

A diversidade dos compendios, muitas vezes desuniformes na orthographia e contradictorios nas doutrinas, obriga o professor a vacillar cada instante, estabelecendo confusão e a falta da confiança que elle deve inspirar em seus educandos; e finalmente a insubordinação nascida do descontentamento.

Poucos e uniformes em tudo deverião ser os livros adoptados; commentados pelo professor deverião ser as lições, e a tal ponto que quando houvesse a passagem de uma para outra, ficasse a consciência de que nada mas ali restava para aprender.

Deste modo o alumno recebería luz sobre todos os ramos do ensino, e acostumar-se-hia a considerar tudo analyticamente (O POUSO-ALEGRENSE, Pouso Alegre, 13 set. 1880, p. 1).

Ao longo das matérias destacam a realidade dos professores como sendo frágil, recebendo pouco reconhecimento pelo trabalho que desenvolviam. A má remuneração também é citada como um contratempo para sua formação e manutenção no cargo, além de tornar o cargo pouco atraente.

De acordo com Bittencourt (1993, p. 244), a formação dos professores era um assunto recorrente no período, ocorrendo a defesa da necessidade de cursos destinados à formação dos docentes. Entretanto, a instalação das Escolas Normais, instituições destinadas à formação do magistério, enfrentou diversos problemas. Tanto que “nos anos 80 estavam instaladas 24 Escolas Normais em todo o território brasileiro” (BITTENCOURT, 1993, p. 244).

Estas instituições “foram criadas esparsamente e caracterizaram-se por um funcionamento descontínuo, dependentes de escassos recursos orçamentários” (BITTENCOURT, 1993, p. 245). Formando anualmente um número reduzido de normalistas:

Em 1885, nas 24 Escolas Normais oficialmente instaladas, estavam matriculados 3.067 alunos, 1.749 do sexo feminino e 1.318 do masculino, sendo difícil computar o número de alunos que terminavam o curso. Considerando que, na mesma época, existiam 8.064 escolas elementares onde estudavam ou estavam matriculados 226.084 alunos, é flagrante a defasagem entre o número de professores formados pelas Escolas Normais e as necessidades das escolas primárias (BITTENCOURT, 1993, p. 245).

Também cabe destacar que, “a política clientelista esteve presente nas nomeações nas transferências e nas exonerações” (BITTENCOURT, 1993, p. 247). Assim:

A política clientelista resolvia parcialmente o problema de provimento dos cargos, nomeando interinamente apadrinhados. As exigências quanto à qualificação eram, na prática, ignoradas e a questão da formação dos



professores das escolas de primeiras letras foi sendo constantemente protelado argumentando-se que faltavam verbas (BITTENCOURT, 1993, p. 248).

Sobre os compêndios, as matérias sustentavam a ideia de que eram mal escolhidos, apresentando uma grande diversidade, além de não obedecerem às regras ortográficas do período. A diversidade deste material simbolizava um entrave para a uniformização no sistema de ensino. Além de prejudicar a organização das atividades ministradas pelo professor e o desenvolvimento da leitura e da escrita do aluno.

O livro escolar era tido como uma das peças-chaves para a viabilização da escolarização. No processo de constituição de um sistema formal de educação, o livro foi concebido “como objeto a ser utilizado pelo professor” (BITTENCOURT, 1993, p. 247). Isto por conter o conteúdo a ser transmitido aos alunos, como, também, a metodologia de ensino a ser utilizada pelo professor em sala. Assim:

O livro didático possuía dois discursos que se integravam: um texto no qual estavam expostos de maneira sistematizada e simplificada, os conteúdos explícitos da disciplina e um outro, o discurso pedagógico construído por questionários, resumos, exercícios variados que indicavam como o conhecimento deveria ser apreendido pelos alunos (BITTENCOURT, 1993, p. 290).

De modo que, “o livro do mestre serviria sobretudo, para suprir as deficiências dos docentes mal preparados, recrutados de maneira pouco rigorosa devido à ausência de cursos especializados em sua formação” (BITTENCOURT, 1993, p. 22). A adoção de um conjunto uniforme de manuais significava um maior controle por parte do Estado do saber a ser ensinado em sala, além de racionalizar o tempo, resolver o problema da indisciplina e gerar melhores resultados.

Neste processo, a leitura foi apresentada como mais uma das importantes ferramentas pedagógicas na formação dos alunos:

Os estudos tem por fim formar, não só homens especiaes, mas antes de tudo — inteligentes e virtuosos. É necessário, pra chegar a este fim o estudo das letras.

A leitura de bons livros antigos e modernos, diz Descartes, é como uma conversação com os - homens de bem dos séculos passados; é uma conversação escolhida porque os tutores não deixaram em suas obras sinão o melhor de seus pensamentos.

É preciso pois, que o mancebo medite os chefes d'obra litterarios de todos os tempos: deste modo é que aprendera a reflexionar, à escrever e a falar; e ahi que bebera os mais nobres sentimentos, o amor da verdade, do bello e do bom. (O MINEIRO, Pouso Alegre, 22 mar. 1874, p. 1).

Temos a defesa de uma leitura regulada, moralizadora que destinada ao aluno, se tornaria fonte e instrumento de aprendizado. Há uma crença na força mágica do livro, no



poder edificante da leitura (CHARTIER; HEBRARD, 1995). Segundo Bittencourt (1993, p. 52), “as discussões sobre os métodos de alfabetização e material mais adequado tornaram-se bastante intensas a partir dos anos 70, estendendo-se pelo século XX”. Dessa maneira, ocorre uma alteração na compreensão sobre a formação das crianças, passando a preconizar meios que instigassem o sujeito à reflexão em detrimento daqueles pautados na memorização de conteúdo (BITTENCOURT, 1993).

A permanência da concepção iluminista do caráter poderoso da palavra impressa contada na literatura escolar, pode ser percebida pelo cuidado constante com que as elites intelectualizadas tiveram no processo de construção dessa produção cultural. Para os intelectuais que se dedicaram aos projetos educacionais, o livro escolar deveria condicionar o leitor, refrear possíveis liberdades frente à palavra escrita/impressa.

CONCLUSÃO

Pode-se dizer que havia um embate entre o *real* e o *imaginado*, no qual o real apresentava-se como o retrógrado e o imaginado, como modelo que possibilitaria alcançar novos e melhores padrões de escolarização. Cabendo destacar que:

Inicialmente, não era a escolarização que promovia a alfabetização, mas o contrário. A alfabetização levou ao crescimento de uma cultura comum que era parte do movimento em prol da mudança social. Assim, o vínculo da alfabetização à escolarização, em seu início, não era uma causa, mas uma consequência histórica do desenvolvimento da alfabetização popular (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 39).

Na França, em fins do século XIX, estavam ocorrendo tentativas de aclimatar a literatura à escola. Este movimento foi denominado de “*pedagogização da literatura*” por Chartier e Hébrard (1995, p. 406). Deste modo, compreendeu-se que pontos das discussões que ocorreram na Europa também foram abordados pelas publicações locais, dando destaque à importância dos materiais impressos para a formação dos alunos e dos professores.

A leitura foi defendida pelos jornais como um dos meios que auxiliaria o processo de formação das crianças. O livro era visto como peça importante na viabilização da escolarização, tanto que havia manuais destinados a professores e a alunos, assegurando o domínio do conteúdo básico a ser transmitido pelo professor e a ideologia desejada pelo sistema de ensino aos alunos (BITTENCOURT, 1993, p. 25).

O livro didático independente da condição do professor no transcorrer do século XIX, transformou-se em uma ferramenta de trabalho indispensável na sala de aula. O aperfeiçoamento técnico na fabricação do livro e a possibilidade de ser consumido por um número cada vez maior de alunos



aliados à continuidade de uma precária formação do corpo docente fizeram do livro didático um dos símbolos da cultura escolar, um depósito privilegiado do saber a ser ensinado (BITTENCOURT, 1993, p. 283).

A apropriação do livro possibilitou à instituição escolar divulgar um saber homogêneo entre os alunos. Criou também uma forma de comunicação, o conhecimento pela escrita (BITTENCOURT, 1993, p. 314). De modo que a escolarização foi considerada como a solução para diversos problemas sociais e econômicos enfrentados no período.

O desenvolvimento de um sistema nacional de educação pública, bem como de um padrão nacional de alfabetização, significou que as escolas se transformaram num dos principais canais para a transmissão seletiva do conhecimento. (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 50).

Por fim, a defesa dos impressos periódicos foi enfática em aspectos que relacionassem a escolarização como fonte de regeneração social, meio para o progresso moral e civilizatório. Assim, a “alfabetização escolarizada” diferenciou dos usos rotineiros de leitura e escrita. De tal modo, o que era ensinado “não mais era parte de uma cultura comum local, de modo que as pessoas comuns tinham menos controle sobre os produtos de sua própria cultura” (COOK-GUMPERZ, 1991, p. 43).

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, C. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar (tese de doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1993.
- CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, J. **Discursos sobre a leitura (1880-1980)**. São Paulo: Ática, 1995.
- COOK-GUMPERZ, J. **A construção social da alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- DELFINO, L. L. **A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no sul de Minas (1810-1873)**. Dissertação (Mestrado) –Departamento de Pós-Graduação em História, ICH/UFJF, Juiz de Fora, 2010.
- FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: _____. (Org.). **Educação modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- _____. A instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. Processo de escolarização no Brasil: algumas considerações e perspectivas de pesquisa. In: MENEZES, M. C. (Org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.



INÁCIO, M. S. **O processo de escolarização e o ensino de primeiras letras em Minas Gerais (1825-1852)**. 2003. 232f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

JINZENJI, M. Y. O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 1, ago. 2012, P. 151 - 166.

KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MATTOS, I. R. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

O MINEIRO. Pouso Alegre. Edições de 1873 e 1874.

O POUSO-ALEGRENSE. Pouso Alegre. Edições de 1880.

PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, 1998, p. 144-161.

PREGOEIRO CONSTITUCIONAL. Pouso Alegre. Edição de 1830.

QUEIROZ, Amadeu. **A história de Pouso Alegre e sua imprensa**. Pouso Alegre: Art's Gráfica e Editora, 1998.

SOUZA, F. J. de O. Discursos impressos de um padre político: análise da breve trajetória d' O Pregoeiro Constitucional. **Almanack Braziliense**, n. 5, 2007.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul Mineiro**. Campanha: Tipografia do Monitor Sul Mineiro, 1884.

VEIGA, C. G. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Rev. Bras. Educ.** v.13, n.39, 2008.